

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE RECONHECIMENTO, CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Paula Betânia de Matos Cordeiro Carneiro

RESUMO: O presente trabalho levanta uma breve discussão sobre o papel da Educação perante a diversidade pulsante em seu âmago. A intenção aqui é proporcionar reflexões e questionamentos sobre danos sociais causados pelo (não) reconhecimento da cidadania e os prejuízos para a população afrodescendente e indígena no Brasil. Mais que isso, debate-se sobre o papel Escola Básica em promover uma abordagem educacional embasada no reconhecimento dos valores culturais e identitários destes povos, chamando atenção para urgente implantação da proposta das pedagogias decoloniais na Educação básica. Para tanto, amplia-se a visão sobre o percurso histórico de lutas pelo qual passaram estes sujeitos sociais para obterem reconhecimento do status enquanto cidadão. A natureza da discussão ora empreendida é a de visitar os autores que se debruçaram sobre esse tema e seus desdobramentos. Logo, discorre-se aqui tanto sobre as querelas da educação brasileira a que se tem conhecimento quanto sobre o próprio processo histórico de negligência e de desvalorização sofridos por essa parcela da população que, ao longo do tempo, arca com os custos de políticas pautadas na exclusão social, no racismo e em preconceitos nas suas mais diversas faces. Desse modo, pretende-se levantar o percurso histórico que culminou na divisão social na sociedade brasileira e que motivou a prevalência de direitos a uma determinada parcela da população em detrimento de outra. Nas considerações finais destaca-se a importância de que as políticas de formação continuada para docentes estejam consonantes com essa temática a fim de proporcionar um processo educacional embasado no reconhecimento e valorização do cidadão brasileiro sem distinção de qualquer natureza.

PALAVRAS- CHAVE: Educação Básica. Currículo. Cidadania. Identidade. Etnia

ABSTRACT: This work raises a brief discussion about the role of Education in face of the pulsating diversity at its core. The intention here is to provide reflections and questions about social damage caused by the (non) recognition of citizenship and the damage to the Afro-descendant and indigenous population in Brazil. More than that, it debates the role of Basic School in promoting an educational approach based on the recognition of cultural values and identity of these peoples, calling attention to the urgent implementation of the proposal of decolonial pedagogies in Basic Education. Therefore, the vision of the historical path of struggles these social subjects have gone through to obtain recognition of their status as citizens is broadened. The nature of the discussion now undertaken is to visit the authors who have focused on this theme and its consequences. Therefore, what is discussed here is both about the quarrels of Brazilian education that are known and about the historical process of negligence and devaluation suffered by this portion of the population that, over time, bears the costs of policies based on social exclusion, racism and prejudice in its most diverse facets. Thus, it is intended to survey the historical path that culminated in the social division in Brazilian society and that motivated the prevalence of rights to a certain portion of the population over another. The final considerations highlight the importance of continuing education policies for teachers to be in line with this theme in order to provide an educational process based on the recognition and appreciation of the Brazilian citizen without distinction of any kind.

KEYWORDS: Basic Education. Resume. Citizenship. Identity. Ethnicity.

INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira sempre foi pautada por seleção curricular embasada na perspectiva eurocêntrica do conhecimento. Desse modo, a menção à formação étnica brasileira e à integração dos diversos grupos étnicos, permaneceu por muito tempo silenciada nas matrizes curriculares. Não obstante, o contexto atual reivindica uma abordagem heterogênea das formas de produção e apreensão do conhecimento, substituindo a negação ou as sub-representações de determinados grupos sociais por uma representatividade consistente, integradora e neutralizada de estereótipos e preconceitos. Ressalta-se que ao longo da história da educação, tal temática sempre foi tratada de forma ilustrativa, alegórica e superficial. Fruto do processo de colonização exploratório e pautado no discurso hegemônico de supremacia de raça. Portanto, o reconhecimento da contribuição da história e culturas afro-brasileira e indígena para a construção da sociedade brasileira é fulcral para a consolidação de uma estrutura de nação pautada na equidade social, favorecendo a formação integral do estudante pautada no enfrentamento às diversas formas de preconceito e exclusão.

2 O CUSTO DO RECONHECIMENTO DA CIDADANIA NO BRASIL

A formação do povo brasileiro se deu a partir de um complexo processo de miscigenação marcado pela colonização portuguesa, aliado a outros fatores históricos. Além disso, a imigração ao longo do período colonial, imperial e de forma mais intensa no início do século XIX, por força da abolição da escravatura, quando o país substituiu a mão de obra escravizada pela mão de obra dos imigrantes tanto europeus quanto orientais, contribuiu para a composição étnica brasileira da forma como se apresenta atualmente.

Desse modo, o Brasil é, desde a sua formação, do ponto de vista antropológico, dotado de uma peculiar diversidade. A dimensão geográfica associada a fatores históricos tratou de ampliar essas diferenças. Destarte,

Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas tinha também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado

absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira. (CARVALHO, 2008, p. 18)

Embora a construção da cidadania surja desde as primeiras organizações sociais, seu alcance já nasce limitado a uma parte da sociedade privilegiada por condição de gênero (homens), nacionalidade (não ser estrangeiro) e status social (ser livre) a exemplo de Grécia e Roma, resguardando as suas disparidades de concepção e tratamento dado ao tema. Ainda assim, a cidadania não era exercida de modo pleno. Aos cidadãos “capazes” de exercer a cidadania a fazia de modo restrito e seletivo. A partir da formação do estado moderno após o fim do período medieval, a sociedade se organiza em torno da nobreza, clero e povo. Entretanto, o Estado centralizador mantém as estruturas de poder pautados em critérios que excluem determinados grupos sociais como as mulheres, os trabalhadores, classes pobres, propiciando ambiente para novas lutas para obterem os direitos da cidadania. Nesse sentido, a concepção de cidadania no Brasil à essa época tem a mesma configuração das mais remotas sociedades organizadas.

Segundo Grinberg (2012, pág. 66), para a parcela da população brasileira negra no Brasil Imperial ser cidadão estava condicionado à obtenção da carta de alforria. Embora alguns constituintes defendessem que a condição de escravo ou indígena não poderia ser considerado cidadão, outra parcela usava o argumento de que ser nascido no Brasil dava o direito a obter o título de cidadania.

Outrossim, há que se considerar o agravo que o contexto pós abolição sentenciou à população negra pois a distância entre ser brasileiro de nacionalidade e gozar das prerrogativas de ser um cidadão tornou-se abissal. Junior (1991 *apud* MUNANGA, 1991, pág. 9) pontua que “a sociedade brasileira a qual se pretendia branca, cristã, europeizada”, apoiava-se de modo distorcido no pensamento estrangeiro da época que aqui chegava com status de ciência e era absorvido de modo incontestável. Desse modo, tratou de manter a população negra neo-liberta às margens da sociedade e negar-lhes o lugar social que a nacionalidade supostamente lhes garantiria.

Ademais, no Brasil, a construção da cidadania com evidências de igualdade tarda a ser sequer pensada. Embora a Constituição de 1988, denominada “Constituição cidadã” garanta a cidadania a todos através da igualdade de direitos, na prática, alguns segmentos não tiveram ou não têm a sua cidadania consolidada. Carvalho (2008, pág.7) analisa que a promulgação da Carta Constitucional de 1988 trouxe um entusiasmo

ingênuo de paz social e de consolidação da cidadania para todos. É inegável que o direito ao voto, a liberdade da manifestação do pensamento, a atuação política e sindical alteraram seu *status* de forma mais positiva. Entretanto, o tempo percorrido revela uma cidadania fragilizada pela oferta de educação de baixa qualidade, alto índice de violência, analfabetismo, desemprego, entre outros. Ou seja, por mais que ao indivíduo seja garantido os direitos para exercer a sua cidadania de modo pleno, paradoxalmente, o mesmo Estado que formula a Lei não cria mecanismos que favoreçam sua aplicabilidade.

2.1 CONSTRUIR A IDENTIDADE: CONDIÇÃO PARA A CONQUISTA DA CIDADANIA

Quando se trata de construção de identidade, a luta do Movimento Negro por igualdade de direitos revela mais uma, numa seara de desigualdades em que se constitui o Brasil. A ausência de políticas públicas de afirmação de identidade e reparação social tardaram muito para acontecer e quando aconteceram tiveram que resistir a preconceitos julgamentos e comparações sempre a favor da população branca de classe média / alta sem que prevalecesse a equidade. Enquanto isso, o fosso social se ampliava para outros tipos sociais que, como a população negra tratou de agrupar-se para resistir à tirania que o sistema social excludente lhes imputava. Munanga (1991, pág. 13)

Numa sociedade hierarquizada como a brasileira, todos encontram dificuldades para mobilizar seus membros em torno da luta comum para transformar a sociedade. Os movimentos operários ainda não conseguiram mobilizar todos os seus membros, vítimas das relações de trabalho e de produção dentro da sociedade capitalista, ainda menos no seio de um capitalismo periférico, de escassa cidadania como o brasileiro (MUNANGA, 1991, p.13)

Ademais, a ideia de democracia racial no Brasil é tão frágil quanto a afirmação de que aqui não há *apartheid*. Como o próprio racismo, de modo velado ele continua fazendo vítimas da exclusão aos principais acessos à cidadania. Mais grave ainda, continua exterminando a juventude brasileira negra e pobre. Nesse sentido, o os movimentos sociais surgem, não apenas como forma de resistência mas como disseminador da aceitação da negritude como ideologia, pois reconhecer-se negro é também uma forma de resistir.

A população negra brasileira precisa estar consciente em se auto-definir e autoidentificar-se. Assim deixará de aceitar passivamente a superioridade branca, Junior (1991 *apud* MUNANGA, 1991, pág.11) enfatiza: “para resistir à tentação de ser mulato, poupando este último da ânsia de parecer branco.” Diante disso, Munanga (1991, pág. 14) pontua que construir uma nova consciência pressupõe o início para a auto definição em contraponto à identidade dos membros de outro grupo étnico. Reconhecer-se nesse sentido perpassa por uma esfera muito maior e mais dinâmica que a cor da pele unicamente. Trata-se, sobretudo, de reconhecer elementos que o constituem individualmente como sujeito, mas também em coletividade, pois

elementos comuns aos membros do grupo: língua, história, território, cultura, religião, situação social, etc. Estes elementos não precisam estar concomitantemente reunidos para deflagrar o processo, pois as culturas em diáspora têm de contar apenas com aqueles que resistiram, ou que elas conquistaram em seus novos territórios. (MUNANGA, 1991, p.14)

Contudo, para produzir efeitos de conscientização o Movimento Negro possui campo de atuação de certo modo, limitado. Ou seja, onde há comunidades negras concentradas é viável que as propostas baseadas em um plano ideológico de reconhecimento e aceitação atinjam as gerações mais novas e desprovidas dessa consciência. É mais comum do que se imagina que o indivíduo negro aceite carregar o estigma e se condicionar a um contexto de exclusão do que se rebelar, no sentido de sair do lugar da submissão, do subalterno, do antagonismo e passar a protagonizar sua própria trajetória de vida.

Que as mídias sociais e o advento das tecnologias de comunicação social tem prestado relevante papel nesse aspecto é inegável. A disseminação do conhecimento nunca foi tão intensa e acessível, resguardando os devidos contextos de exceções como o baixo nível de escolaridade, dificuldade de acesso aos meios tecnológicos, nível de renda, entre outros percalços que impedem o contato de uma parcela da população à internet e a outras mídias. Desse modo, o contingente atendido torna-se ínfimo diante da demanda por uma educação para valorização de si próprio e do outro.

Segundo Munanga (1991, pág. 14) construir - se enquanto sujeito “é sempre um processo e nunca um produto acabado, não será construída no vazio”. Nesse aspecto, que outro território social é propício a isso? Há que se considerar que a função da educação

deixa de se configurar como sublime se esta não alcança o princípio humanista, que valoriza o sujeito em todas as suas potencialidades , que promove não apenas o conhecimento mas sobretudo, o autoconhecimento. Foucault (2006, pág. 11) cita a máxima socrática “conhece-te a ti mesmo” para conjecturar sobre a influência das relações que subjaz à construção dos sujeitos. Nesse sentido, Sócrates alimenta a ideia de que é preciso haver uma atividade que incite os outros a se ocuparem consigo mesmos, exercendo em relação a seus pares, “o papel daquele que desperta”. (FOUCAULT, 2006, pág.11)

Desse modo, cabe a reflexão sobre a função do espaço escolar como difusora ou promotora de uma educação que contemple os atores sociais em suas complexidades e disparidades. Ela cumpre o papel a que Sócrates chama à atenção de despertar e conscientizar como pressuposto para o autoconhecimento e autoafirmação de identidade?

2.2 O ESPAÇO ESCOLAR COMO PROMOTOR DO RECONHECIMENTO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: NEGLIGENTE OU ATUANTE?

O espaço escolar, especialmente o da escola pública, caracteriza-se por ser plural em diversos sentidos. Trata-se de um ambiente em que convivem indivíduos com peculiaridades e semelhanças em aspectos diversos como étnico, etário, social, de gênero, de origem, sem contar as divergências de interesses, perspectivas de vida, entre outros.

A educação no Brasil sempre negligenciou e ignorou a diversidade pulsante presente nas escolas, pois prevaleceu nesse espaço de extrema complexidade a hegemonia da cultura ocidental europeia manifestado pelo currículo de base eurocêntrica. Assim, oportuniza as ocorrências de preconceitos em forma racismo, sexismo, intolerância religiosa, entre outras formas de negação da cidadania plena.

As práticas educacionais no Brasil são pautadas em teorias educacionais embasadas em correntes teóricas distantes da realidade de um país de dimensões continentais e marcadas por fortes diferenças culturais. Esse caráter heterogêneo reverbera no espaço escolar e exige letramentos plurais como o é a sua clientela. Por não

atender a demanda de educar formalmente na perspectivada diversidade, os níveis de proficiência dos alunos da Educação Básica, são classificados nos níveis mais baixos em relação aos demais países.

Nesse sentido, urge que a escola básica brasileira seja recriada, “tendo como eixos a Ética, a Justiça e os Direitos Humanos. Este tripé sustentou o ideário educacional, mas nunca teve tanto peso e implicações como nos dias atuais.” (MANTOAN, 2011, pág. 60).

Para tanto, faz-se necessário superar o tradicionalismo que venda os olhos da escola. Importa nessa perspectiva um olhar diferenciado para o que se ensina e como se ensina. Ou melhor, ensina-se alguma coisa a alguém? Superar essa visão do ensinar o sujeito como se ele fosse um compartimento vazio é uma das causas do fracasso escolar. Para Mantoan (2011, pág. 60) ainda “vigora a visão conservadora de que as escolas de qualidade são as que enchem as cabeças dos alunos com datas, fórmulas, conceitos justapostos, fragmentados”.

Não obstante, o documento oficial denominado Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio (2000) que orienta a proposta curricular e institui uma Base Nacional Comum para essa modalidade sugere que as práticas pedagógicas transbordem a proposta curricular. Desse modo, o currículo enquanto instrumentação da cidadania democrática,

deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.(BRASIL ,2000, p.15)

Ademais, define quatro eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver, aprender a ser. Nessa perspectiva, prevê o “não acúmulo de esquemas resolutivos pré-estabelecidos”. Brasil (2000, pág. 16). Outro aspecto que merece destaque é a orientação para a observância da parte diversificada do currículo:

destina-se a atender às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Art. 26 da LDB). Complementa a Base Nacional Comum e será definida em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar. (BRASIL , 2000, p. 22)

Nota-se, entretanto, que a institucionalização de regras, oficializadas através de documentos norteadores, frutos de políticas públicas que visam a melhoria da educação,

não surtem o efeito desejado no chão da escola. Precisam, de certo modo, da complementação de políticas que viabilizem a sua efetiva aplicação, a exemplo de investimentos na formação do professor para a cultura da diversidade, da interdisciplinaridade, da transversalidade dos conteúdos curriculares. Além disso, a estrutura das escolas públicas brasileiras carregam o fado de estarem contextualizadas no século XXI, mas de experimentarem a estrutura física e ideológica de, no mínimo, um século atrás.

Em se tratando do direito a uma educação que promova o exercício cidadania ao indivíduo, conduza-o à superação de séculos de exclusão, principalmente ao direito de se autoafirmar étnica e culturalmente, há que se considerar que, se na educação regular existem lacunas consideráveis para a promoção da educação cidadã, é muito mais grave em se tratando dos cursos adaptados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), cuja formatação em tempo menor sobrecarrega e compromete o debate de temas que contemplem a parte diversificada do currículo.

No que diz respeito à construção da identidade do sujeito, esta não é uma tarefa fácil e não pode ser exclusivamente obrigação atribuída à escola. À família e aos Movimentos Sociais cabe essa responsabilidade para com as gerações de jovens cidadãos que clamam por espaço, oportunidades, igualdade e justiça. Entretanto, o espaço escolar detém a oportunidade por conviver, ver crescer, criar, formar, transformar pessoas em cidadãos, por isso lhe cabe, sobremaneira, essa responsabilidade.

Para corresponder às demandas da sociedade contemporânea, complexa, rica, diversa, faz-se necessário que a Escola empreenda sobretudo, na valorização social dos afrodescendentes e dos povos indígenas, em detrimento de uma abordagem puramente figurativa, desumanizada, passiva, vitimizada. É preciso que a escola remova os ranços da educação tradicionalista que trabalha em cima dos fatos, datas e personagens mas não promove uma reflexão mais verdadeira e justa, desmistificando e desconstruindo discursos ultrapassados.

Para Andrade (2005, pág. 120) “positivar o lado negro de cada criança, positivar o passado escravo, através das histórias de resistências ou de simples amostras de ilustrações de personagens negras” favorece a conquista do sentimento de pertencimento que vem naturalmente à tona como reforço da sua autoestima a que prefere chamar de identidade racial. Do mesmo modo, não cabe mais no contexto contemporâneo tratar a

presença dos povos indígenas na sociedade apenas como os explorados, colonizados, isolados das discussões, alheios e ignorantes. Homenageá-los em um dia específico não repara o dano de séculos de negação da cidadania, onde foram subestimados em suas capacidades de decidir e concebidos como diferentes apenas pelo exotismo que aparentam.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas educacionais na contemporaneidade precisam estar adequadas a um contexto em que a complexidade seja a sua maior marca. Convive-se com os mais diversos estilos de vida e de concepção sobre ela e desse modo, urge que a Educação Básica se posicione e se adeque para atender a essa demanda, proporcionando a reflexão principalmente dos valores étnicos e culturais que convivem desde sempre na sociedade brasileira mas que por muito tempo foi e ainda é, em alguns setores, negligenciada.

A luta consiste em resistir à hegemonia da cultura de exclusão e segregação a que foram submetidos ao longo na nossa história com o aval da educação brasileira através do engessamento do seu currículo baseado na visão de mundo europeia, pouco pautado na nossa diversidade e na importância de outros atores sociais presentes na sociedade. Ou seja, a escola precisa cumprir seu papel de forma mais efetiva. Não se concebe mais uma abordagem superficial, baseada em datas comemorativas que fazem alusão a determinadas culturas ou que se discuta apenas a contribuição destas na culinária ou na língua, por exemplo. O trabalho precisa ser mais sério e mais dinâmico, cotidianamente, fazendo-se entender que não se trata de favor a este ou aquele povo reconhecer a sua importância.

Mais que isso, é preciso ampliar a visão sobre a noção de pertencimento à nação brasileira que precisa ser cultivada em todos. Em alguns para aceitar e respeitar o outro. Em outros para se reconhecerem se identificarem étnica e culturalmente. Nessa perspectiva, o ambiente escolar torna-se lugar privilegiado para consolidar discursos e promover a conscientização. É ali que preconceitos e estereótipos podem se dissolver a depender da abordagem que se faz diante do conteúdo curricular disponível, incluindo a influência cultural e étnica afro-brasileira e indígena, não apenas por motivo de reparação

social, mas pelo pleno direito de pertencimento e de identidade para com a nação brasileira.

Para além de reconhecer a óbvia contribuição das diferentes etnias, para além de discutir o que é ou não é racismo, faz-se necessário "colocar o dedo na ferida" e partir para obstrução do nosso maior entrave: a falta de conhecimento. É isso que de fato importa agora. A discussão na academia, o debate na mídia estão muito bem servidos, não obstante, precisa que chegue ao chão da escola e produza os efeitos necessários.

Constata-se portanto, a necessidade de incluir nos currículos de formação docente a importância de uma educação voltada para temas étnicos-raciais, tornando-se saudável à população brasileira pois retira a falsa ideia de uma sociedade homogênea e transparece a real composição étnica da nossa nação. Ademais, promove uma especial oportunidade de confronto de ideias, fomentando discussões necessárias para se compreender a nossa história despida de mitos e místicas difundidos ao longo do tempo através da visão eurocêntrica que sempre pautou o currículo escolar. E a escola é esse lugar. É na escola que se tem a oportunidade de promover a igualdade e destituir situações de segregação. É lá que é possível fomentar a afirmação da identidade e fazer suscitar a autoestima. Enfim, conduzir nossos alunos à compreensão de que somos um povo único, porém diverso, é o que faz de nós brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. **Construindo a Autoestima da Criança Negra**. In: MUNANGA, Kabengele. (org.) *Superando o Racismo na escola*. 2ª edição. Brasília: M. da Educação, Sec. Ed. Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível: : http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 12/05/2020

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10º ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução Márcio Alves da Fonseca. Salma Tannus Muchail. – 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GRINBERG, Keila. **Escravidão e cidadania no Brasil**. In: *O negro no Brasil: Trajetórias e lutas em dez aulas de história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

JUNIOR, Teófilo de Queroz. Prefácio. In: MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed Vozes, 1999

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed Vozes, 1999.

